



8 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 27 de setembro de 2024

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,08% São Paulo	131.586	R\$ 5,443 (-0,59%)	R\$ 1.412	R\$ 6,084	10,65%	10,66%	Abрил/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02
0,62% Nova York	133.009						
	23/9 24/9 25/9 26/9						
			Últimos				
			20/setembro 5,521				
			23/setembro 5,535				
			24/setembro 5,463				
			25/setembro 5,476				

INDICADORES

BC refaz projeção e prevê salto no PIB

Relatório Trimestral de Inflação estima que o produto brasileiro crescerá 3,2% neste ano, quase um ponto percentual acima da projeção anterior. Indústria e serviços devem registrar expansão, enquanto o agronegócio permanece fora do tom

O Banco Central (BC) reviu para cima, no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, as projeções de crescimento da economia, consumo das famílias, superávit comercial e investimento direto neste ano. Segundo o relatório, divulgado ontem, a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024 passou de 2,3% para 3,2%. Esse aumento de quase 1 ponto percentual — faltando apenas um trimestre para o fim do ano — reflete as expectativas da autoridade monetária em relação ao crescimento dos principais setores da economia brasileira (oferta) e ao consumo das famílias (demanda). Para o ano que vem, a estimativa do BC é de que o PIB cresça 2%.

No lado da oferta, o BC prevê expansão dos serviços (de 2,4% para 3,2%) e da indústria (de 2,7% para 3,5%), e reduziu a estimativa negativa para o agronegócio (de -2% para -1,6%). Em relação ao consumo das famílias, a nova previsão aponta para um aumento de 3,5% para 4,5%, enquanto a estimativa para o consumo do governo passou de 1,8% para 2,7%. A revisão do PIB, na ótica da autoridade monetária, acompanha as expectativas do mercado, apesar de o boletim Focus desta semana indicar que o mercado projeta um crescimento levemente mais baixo, de 3%. O Ministério da Fazenda, por sua vez, está em linha com o BC, e também prevê que a economia crescerá, neste ano, 3,2%.

Na onda do crescimento, as exportações devem fechar o ano com um salto de 3,2%, contra uma projeção anterior de apenas 0,5%. Mas as importações também devem chegar ao fim do ano com forte alta em relação às estimativas anteriores. Segundo o RTI, as compras do exterior devem registrar aumento de 11,3% (a projeção anterior indicava praticamente a metade desse valor: 6%). A nova estimativa considera um superávit comercial de US\$ 68 bilhões este ano, contra US\$ 59 bilhões do relatório anterior.

Reprodução/Redes Sociais



A produção industrial deve puxar o crescimento do PIB brasileiro neste ano, compensando a retração do agronegócio, afetado pelo clima extremo

A previsão de entrada líquida de Investimento Direto no País (IDP) passou de US\$ 65 bilhões para US\$ 70 bilhões. A expectativa para o saldo líquido de investimento estrangeiro em carteira, incluindo ações e títulos de renda fixa, passou de zero para US\$ 12 bilhões. O BC também apresentou, no relatório do terceiro trimestre, as primeiras projeções para o balanço de pagamentos no ano que vem, quando o saldo das transações correntes deve ficar negativo em US\$ 60 bilhões. A balança comercial deverá registrar superávit de US\$ 64 bilhões, mas a conta de serviços tende a ficar negativa em US\$ 49 bilhões — apesar disso, o resultado negativo da conta-corrente

deve ser totalmente financiada pelo IDP, de acordo com o BC.

Inflação

As projeções de curto prazo do Banco Central (BC) indicam que a inflação brasileira vai somar 1,42% entre setembro e dezembro, contra 1,03% no quadrimestre maio/agosto. As estimativas mensais do BC para o comportamento do IPCA, divulgadas ontem no RTI, apontam para uma taxa de 0,57% em setembro; 0,36% em outubro; 0,04% em novembro; e 0,44% em dezembro. No acumulado dos 12 meses, a inflação chegaria a 4,56% neste mês e 4,69%, em outubro. Depois, cairia a 4,43% em novembro e a 4,31%, em dezembro.

“Nos próximos meses, a inflação acumulada em 12 meses deve permanecer próxima ao limite superior do intervalo de tolerância, em meio a taxas mais elevadas”, informa o RTI. “A principal contribuição para a alta da inflação mensal deve vir da variação positiva dos preços de alimentação no domicílio, que caíram significativamente no trimestre encerrado em agosto.”

Para o BC, a sazonalidade desfavorável, combinada a uma possível restrição de oferta devido ao clima seco, deve pressionar os preços dos alimentos. Outro fator a contribuir com a aceleração dos índices de inflação é o aumento de preços no setor de serviços, principalmente das

passagens aéreas. Os bens industriais também devem ficar mais caros a partir de agora, por causa do aumento de IPI sobre o cigarro, a depreciação cambial e o aumento dos preços ao produtor. Nos preços administrados, a gasolina deve ter variação moderada por causa da queda dos preços do petróleo no mercado internacional, mas a energia pode ficar pressionada.

Acima do centro

O Banco Central estima que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará acima do centro da meta, de 3%, pelo menos, até o primeiro trimestre

4,5%

é quanto deve crescer o consumo das famílias brasileiras, neste ano, segundo relatório do BC

de 2027, segundo o Relatório Trimestral de Inflação. Os modelos indicam que não haverá convergência para o centro da meta mesmo após o horizonte relevante da política monetária, que hoje está no primeiro trimestre de 2026. A projeção de inflação acumulada em quatro trimestres nesse período é de 3,5%, conforme já havia sido informado nas mais recentes comunicações do Comitê de Política Monetária (Copom). Depois, o BC espera que a taxa continue em 3,5% no segundo trimestre de 2026 e caia lentamente, a 3,4% no terceiro e 3,3%, no quarto trimestre. Entre janeiro e março de 2027, a previsão é de 3,2%. Todas as projeções para 2026 aumentaram frente ao relatório anterior, entre 0,1 e 0,3 ponto percentual, mesmo considerando um aumento da taxa Selic usada na conta, já que ela é extraída do Focus.

“O aumento da projeção de inflação no horizonte relevante resultou, principalmente, da atividade econômica mais forte que o esperado, que levou a uma elevação no hiato do produto (capacidade ociosa) estimado, da depreciação cambial e do aumento das expectativas de inflação”, justificou o BC. Segundo a autoridade monetária, esses fatores — combinados ao aumento da inércia, devido ao reajuste das projeções de inflação de curto prazo — mais do que compensaram a queda dos preços do petróleo e o aumento dos juros. “O aumento da taxa de juros foi fundamental para evitar um aumento mais significativo nas projeções”, afirmou o BC.

Selic: nova alta em aberto

Ao comentar a revisão das estimativas do BC, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, disse que três fatores motivaram o início do ciclo de alta nos juros: o mercado de trabalho apertado, a revisão para cima no ritmo de crescimento da economia e a piora das expectativas de inflação na ponta. “Decidimos colocar uma assimetria no balanço de riscos, são algumas das razões pelas quais decidimos iniciar o ciclo”, disse ele, em São Paulo.

O Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic em 0,25 ponto percentual no último dia 18, de 10,5% para 10,75%. Ontem, Campos Neto repetiu que a magnitude do ciclo está em aberto e dependerá dos dados. Ele disse que o IPCA-15 de setembro — divulgado nesta semana, ficou abaixo das estimativas do mercado — é positivo, mas

não muda o curso do BC. “Nossa decisão não está baseada em um número de curto prazo, a gente tenta olhar um conjunto de dados”, explicou.

Unanimidade

O presidente do Banco Central disse ainda que nenhum membro do Copom defendeu um aumento maior do que 0,25 ponto percentual na reunião da semana passada. “Se tivesse algum grupo que tivesse considerado uma alta de 0,50 ponto, a gente teria escrito na ata ‘um grupo considerou’. Se não está na ata, é porque não tivemos esse debate”, respondeu.

Segundo o presidente do BC, um ciclo gradual de aumento estava em linha com a comunicação anterior do Copom. Ele lembrou que, em um momento, o mercado chegou a precificar um “superciclo” de alta da Selic,

que não era compatível com os recados do Copom.

Cenário fiscal

O presidente do Banco Central disse que o aumento da parte longa dos juros pode ser explicado por dúvidas em relação ao cenário fiscal, além das questões do mercado sobre a credibilidade da política monetária no curto prazo.

Ele lembrou que, em evento recente do qual participou, apontou exagero na precificação dos riscos fiscais, levando em conta a situação de outras economias e o esforço feito pelo governo para equilibrar as contas públicas.

De acordo com Campos Neto, há um quadro de expansão fiscal em todo o mundo, e não só no Brasil, e por aqui o incômodo do mercado reside na percepção de falta de transparência em relação ao fiscal, que gerou aversão ao risco.

Jhony Inacio/Estadão Conteúdo



Nossa decisão não está baseada em um número de curto prazo, a gente tenta olhar um conjunto de dados”

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, sobre a alta da taxa Selic